

Relatório de Auditoria Interna para Revisão Conjunta

1. Sumário Executivo

QAD indicador/meta de 2008: 65% de Órgãos de Controlo Interno de nível central e provincial em funcionamento.

A percentagem de instituições de nível central e provincial com OCIs em funcionamento é de 59%, o que significa que o indicador não foi atingido.

Como se pode deprender de um universo previamente definido estava prevista a operacionalização de 65% dos OCI's, mas a percentagem atingida foi de 59% o que significa que estão em funcionamento 21 OCI's a nível central e 28 a nível provincial, o que perfaz um total de 49 OCI's.

Além destes outros OCI's não previstos foram criados em 2008 de entre os quais em todas representações do MAE.

Notou-se que os mapas de informação sobre OCIs em funcionamento deve se melhorado para que a informação seja mais consistente e fácil de interpretar

O financiamento ao SCI continua a constituir entrave na implementação das actividades planificadas. Ao mesmo tempo há uma fraca noção do que seja controlo interno nas instituições o que defere da auditoria interna.

No âmbito da descentralização previa-se para o período em referência a realização de auditorias a 50% dos Distritos e Municípios e auditou-se um total de 50 Distritos, 21 Municípios o que se traduz numa realização de 44%, No que respeita ao Plano de Actividades da IGF para 2008, foram concluídos até 31 de Dezembro 153 relatórios de auditoria com despacho o que corresponde a uma realização de 59% do total planificado para o ano (vide os anexos). Contudo, durante este trimestre mais 43 relatórios tiveram despacho o que significa um aumento de execução para cerca de 76%.

Em relação ao seguimento das recomendações das auditorias (tanto auditorias internas da IGF, como a auditoria a CGE do Tribunal Administrativo) a IGF irá criar em 2009 um banco de dados para assegurar o acompanhamento. Em 2009 também será feita uma verificação das auditorias feitas em 2008, incluindo o grau de implementação das recomendações. Depois desta verificação, a IGF deve assegurar o envio ao Ministério Público das auditorias contendo indícios da prática de crimes de corrupção, se a entidade auditada não tenha tomado iniciativa própria neste sentido.

Em Julho de 2008, 14 técnicos da IGF beneficiaram-se de formação no ambiente e-SISTAFE e foi-lhes alocado parte do equipamento em numero de 5 terminais para acesso ao e-SISTAFE. Em Fevereiro do corrente ano, 17 técnicos da IGF beneficiaram-se da mesma formação e passaram a ter acesso ao e-SISTAFE com perfil de consulta relativamente ao ano corrente para todas UGES. Estas acções de formação terão a sua continuidade e deverá ser criada a nível do e-SISTAFE uma aplicação específica para auditoria interna. Por outro lado, constitui desafio para 2009 e

anos subsequentes assegurar que os processos e procedimentos de auditoria/ controle interno estejam em harmonia com o mecanismo actual de gestão das finanças públicas.

De salientar que existem dificuldades na aplicação da legislação de “procurement” e morosidade no processo obtenção do visto e como medida sugere-se a revisão do dispositivo legal e mais acções de formação nesta área. Foram realizadas algumas visitas as províncias neste âmbito com objectivo de (i) verificar a aplicação da lei, (ii) ponto da situação sobre desafios bem como o nível de abrangência na aplicação da lei e, (iii) perceber a situação das irregularidades cometidas e actos de corrupção.

Auditorias de Desempenho

O relatório da auditoria de desempenho ao sector da Justiça foi concluído. Foi acordado que até finais de Junho de 2009, os sectores remeterão a IGF a matriz para seguimento das recomendações e em finais de Dezembro a IGF produzirá um relatório sobre o seguimento das mesmas.

Relativamente ao sector de Águas foi feito o acompanhamento das recomendações e a recolha de informação e já existe um relatório preliminar.

Quanto ao sector agrário foi feita a avaliação das propostas e seleccionada a Empresa que reuniu os melhores requisitos. Foi acordado o calendário do TdR para o trabalho de auditoria.

Foi definido o sector XXX para realização da próxima auditoria de desempenho.

2. Avaliação de Desempenho

Execução do Orçamento e BdPES

O nível de execução orçamental em 2008 a nível central para despesas correntes foi de 98% da dotação disponível. A nível da Delegação Centro a execução foi de 100% e na Delegação Norte foi de 86% das dotações disponíveis.

Relativamente aos fundos da Irlanda e Suécia estes não estão inscritos no Orçamento do Estado de 2008 contudo, a execução dos fundos da cooperação irlandesa foi de 78% que dizem respeito a auditoria de desempenho ao sector da Justiça e a execução dos fundos da ASDI foi de 100%.

Auditorias Realizadas pela IGF

Até ao final de 2008, foram concluídos 153 relatórios de auditoria com despacho, das 258 acções planeadas para o período em referência, o que se traduziu num grau de realização de 59%.

À semelhança de 2007, no final de 2008, estavam em curso 80 auditorias, das quais 74 estavam já numa fase avançada de realização, isto é, elaboração de relatório (versão draft ou versão final) ou contraditório, prevendo-se a sua conclusão durante o primeiro trimestre de 2009.

Esta percentagem de execução no período em análise pode-se explicar essencialmente pelo seguinte:

- O atraso no início das auditorias aos distritos (2ª fase), bem como, das acções ao processo de Procurement a nível provincial foi por escassez de financiamento ao SCI. É preciso salientar que as acções referidas constituem boa parte das auditorias constantes no Plano de Actividades de 2008. Estas insuficiências não só influenciaram no atraso do início das acções como em alguns casos foi necessário protelar auditorias, acabando por não se iniciarem;
- Há uma fraca noção do que seja controlo interno ao nível das instituições o que defere da auditoria interna.
- Ainda o facto de as acções referidas no ponto anterior constituírem auditorias conjuntas, portanto, com carácter de formação em serviço, influência no tempo para elaboração dos relatórios que por sua vez contribui em grande medida para a demora no desfecho da acção.
- Face ao elevado número de solicitações superiores obrigou a IGF a alterar a programação inicial das auditorias, o que levou a que muitas acções planeadas fossem substituídas por outras, bastante mais complexas como o caso do INSS, Aeroportos de Moçambique e Ministério do Interior.
- A concentração dos esforços no sentido de finalizar as acções transitadas. No final de 2008 estavam concluídas 65 das 72 acções transitadas.

Em relação ao seguimento das recomendações das auditorias (tanto auditorias internas da IGF, como a auditoria a CGE do Tribunal Administrativo) a IGF irá criar em 2009 um banco de dados para assegurar o acompanhamento. Em 2009 também será feita uma verificação das auditorias feitas em 2008, incluindo o grau de implementação das recomendações. Depois desta verificação, a IGF deverá enviar ao Ministério Público as auditorias contendo indícios da prática de crimes de corrupção, se a entidade auditada não tenha tomado iniciativa própria neste sentido.

Desenvolvimento da capacidade institucional da IGF

No que respeita as acções de desenvolvimento e capacitação institucional destacam-se as seguintes acções:

- Realização de um estudo sobre o clima organizacional da IGF
- Elaboração do Plano Estratégico da IGF para 2009-2013 (a ser aprovado em 2009)
- Elaboração do Plano estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação 2009-2013;
- Revisão do principais Diplomas, incluindo Estatuto Orgânico da IGF, a serem aprovados em 2009
- O Manual Básico de auditoria interna foi concluído e já está em curso a sua divulgação .

Acções realizadas no âmbito do SCI

No âmbito das actividades do Subsistema de Controlo Interno (SCI) para 2008 estava prevista a operacionalização de 65% dos OCIs a nível central e provincial. Os dados disponíveis até Março de 2009 indicam que estão em funcionamento 21 OCIs a nível central e 28 OCIs a nível provincial, o que totaliza 49 OCIs em funcionamento correspondente a 59% o que significa que o indicador não foi atingido. Para atingir os 65%, isto é, 54 OCIs em funcionamento correspondentes a meta para 2008, seria necessário operacionalizar mais 5 OCIs, sendo um (1) a nível central que já foi criado neste trimestre trata-se da Inspeção Administrativa do Estado e 4 a nível provincial.

Notou-se durante a Revisão Conjunta os mapas de informação sobre OCIs em funcionamento deve se melhorado para que a informação seja mais consistente e fácil de interpretar

Para 2009 a meta deverá ser de 70% dos OCIs em funcionamento. Isto significa que a meta inicialmente estabelecida para 2009 foi alterada de 100% para 70% devido aos constrangimentos já mencionados.

Com vista avaliar o estágio dos OCIs provinciais e sensibilização dos dirigentes para criação e institucionalização de OCIs onde ainda não estão criados foram visitadas 10 das 11 províncias programadas. Das visitas efectuadas constatou-se que os OCIs estabelecidos estão ainda em fase embrionária. Participaram nesta acção nove Inspectores-gerais que efectuaram o levantamento do ponto de situação e sensibilizaram os dirigentes para a institucionalização dos OCIs.

No que concerne à formação em serviço, foi dada continuidade às auditorias conjuntas, tendo sido constituídas equipas entre técnicos da IGF como coordenadores e técnicos dos OCIs. Relativamente as acções coordenadas inspectivas às Administrações dos Distritos, foram auditados na primeira fase alguns distritos das Províncias de Nampula, Zambézia, Niassa e Inhambane. Em relação à segunda fase deste processo no 4o trimestre foram auditados distritos das Províncias de Cabo Delgado, Gaza, Inhambane e Zambézia . No total foram auditados 50 administrações distritais.

No que diz respeito às acções coordenadas de auditoria ao processo de *procurement*, com vista a avaliar o cumprimento do decreto 54/2005 de 13 de Dezembro realizaram-se auditorias ao nível de 6 ministérios (obras públicas, educação, saúde, energia, transporte e comunicação, agricultura) e nas direcções provinciais dos ministérios (MOPH, MEC, MISAU e MADER) nas províncias de Maputo, Sofala, Zambézia, Tete, Nampula e Cabo Delgado (24 entidades a nível provincial). O objectivo das visitas a este nível inclui (i) a verificação da aplicação da lei, (ii) ponto da situação sobre desafios bem como o nível de abrangência na aplicação da lei e, (iii) perceber a situação das irregularidades cometidas e actos de corrupção. De salientar que existem dificuldades na aplicação da legislação e morosidade no processo obtenção do visto e como medida sugere-se a revisão dos dispositivo legal e mais acções de formação nesta área.

No âmbito de desenvolvimento profissional, estiveram envolvidos cerca de 180 técnicos dos OCIs (dos Ministérios de Planificação e Desenvolvimento, Defesa, Finanças, Função Pública, Energia, Indústria e Comércio, Turismo, Antigos Combatentes, Ambiente, Mulher e Acção Social, Interior de nível central) em 12 acções de formação.

Desempenho relativo às principais reformas centrais

e- SISTAFE

Neste período também foi dada formação sobre o ambiente e-SISTAFE, tendo participado cerca de 62 inspectores e técnicos dos diferentes OCIs.

Em 2008 a IGF ainda não tinha uma janela de auditoria ao e-Sistafe funcional, o que prejudicou a execução das auditorias. Está previsto a ligação em 2009. Para assegurar uma auditoria de qualidade é imperativo que o e-Sistafe forneça a janela de auditoria à IGF e aos OCIs, assim como treinamento e direitos de utilização aos auditores.

Descentralização

No âmbito da descentralização financeira estava prevista a realização de 50% dos distritos e municípios do País e foram realizadas auditorias a 50 distritos dos 58 previstos, 21 municípios o que perfaz uma realização de 44%.

Implementação do Memorando de entendimento

Auditoria de Desempenho ao Sector da Justiça

Não obstante os atrasos verificados anteriormente, o relatório de auditoria de desempenho ao sector da justiça já foi aprovado e será enviado aos auditados. O sector prepara a sua proposta para o seguimento das recomendações no mês de Junho, incluindo se há “value for money”. O acompanhamento das recomendações será feito pela IGF no último trimestre de 2009 através dum matriz de acompanhamento das recomendações mais importantes. A IGF também realizará auditorias mais específicas sugeridas pela auditoria de desempenho.

Auditoria de Desempenho ao Sector de Aguas

Relativamente ao acompanhamento das recomendações da auditoria a este sector, foi feita recolha de informação no Ministério de Obras Públicas e Habitação e existe um relatório preliminar, sendo que a informação adicional terá de ser recolhida na Direcção Nacional de Aguas e outras instituições.

No que respeita a área financeira para além das entrevistas ao nível central seria necessário completar com algumas verificações por amostragem ao nível provincial de modo a obter dados actuais, estando prevista a recolha desta informação adicional para o mês de Março/Abril do corrente ano e irá constar no relatório final de acompanhamento das recomendações.

Auditoria de Desempenho ao Sector Agrário

Para o presente ano foi programada a auditoria ao sector agrário e foi feita a avaliação das propostas seleccionadas e neste momento está-se na fase de negociação do contrato da empresa seleccionada para o efeito. Em comparação com o calendário acordado nos TdR, a auditoria está a enfrentar atrasos. Durante esta Reunião Conjunta foi acordado u calendário do TdR para o trabalho de auditoria e a finalização do relatório conforme o seguinte:

Trabalho de campo: Maio até Setembro 2009

Relatório preliminar: Outubro 2009

Relatório final: Dezembro 2009

Maputo, Março de 2009